



## Presidente não cometeu crime de responsabilidade, dizem ministros

Advogado-geral da União afirmou no Senado que, da forma como vem sendo feito, processo “é golpe”. Ministros da Agricultura e da Fazenda também falaram

**J**osé Eduardo Cardozo, Kátia Abreu e Nelson Barbosa compareceram à Comissão do Impeachment na sexta-feira para fazer a defesa de Dilma Rousseff.

Durante mais de nove horas, os ministros justificaram as ações do governo

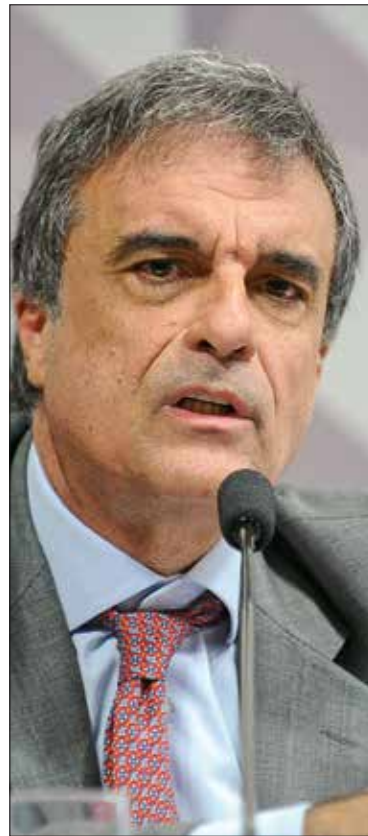
e responderam a perguntas dos senadores, que se dividiram em relação aos argumentos da defesa. Para a oposição, houve crime de responsabilidade. Para integrantes da base governista, o processo não tem sustentação jurídica.

Lira acerta procedimentos com Lewandowski

Vanessa pede suspensão até análise de contas

Especialistas serão ouvidos hoje e amanhã

4 e 5



Fotos: Marcos Oliveira/Agência Senado

José Eduardo Cardozo, Kátia Abreu e Nelson Barbosa não identificam base legal que justifique admissibilidade do processo

Assista ao vivo à Comissão Especial do Impeachment na TV Senado, a partir das 10h30

### ARQUIVO **S**



#### Nesta edição, encarte sobre os 190 anos do Senado

Sexta-feira o Senado completa 190 anos. A Casa foi fundada em 6 de maio de 1826, numa sessão conduzida por dom Pedro I. Desde então, a instituição tem sido imprescindível para a manutenção da estabilidade do Brasil. Documentos do Arquivo do Senado mostram que os senadores tiveram atuação decisiva para que o país não tivesse o território fragmentado, não sofresse golpes de estado e até mesmo não mergulhasse em guerras civis.

### Transcrição de falas da Comissão do Impeachment é em tempo real



As notas taquigráficas com as discussões da Comissão Especial do Impeachment são publicadas na internet praticamente em

tempo real. Em cerca de 30 minutos após as falas nos debates, a transcrição pode ser acompanhada pelo site do Senado. **2**



Taquígrafos e revisores são os responsáveis pelo registro dos pronunciamentos e debates realizados na Casa

### Cooperativas dizem que modelo permite crescimento na crise

A Comissão de Agricultura realizou um debate com representantes de cooperativas em Santa Rosa, no Rio Grande do

Sul. Na reunião presidida por Ana Amélia, eles reclamaram de dificuldades para obter financiamento pelo BNDES. **6**



Ana Amélia: “BNDES não pode tratar cooperativa como empresa convencional”

Renan Amis Lopes/Gabinete Ana Amélia

### Limite à banda larga fixa será tema de debate

Três comissões vão discutir amanhã o limite ao uso da banda larga fixa. Operadoras de internet anunciaram que pretendem adotar sistema por franquia, em que o consumidor paga por pacote de dados. Depois de atingido o limite contratado, a internet poderia ser cortada. Órgãos de telecomunicações e defesa do consumidor participarão do debate. **8**

### Congresso precisa aprovar nova meta fiscal até maio **7**

### Conselho discute liberdade de imprensa **3**

### Regras podem coibir lotéricas de lavar dinheiro **7**

### Sessão especial celebra Dia do Trabalhador **3**

### Plenário deve votar mudanças na Constituição

Uma das propostas de emenda à Constituição (PECs) na pauta permite a estados e municípios aplicar em outras despesas parte dos recursos atrelados a áreas específicas. Há também a PEC que limita o número de cargos comissionados no setor público, a que trata do amparo à mulher vítima de violência e uma sobre o pagamento de precatórios. **3**



# Debate sobre impeachment é transcrito em tempo real

Em cerca de 30 minutos, qualquer pessoa pode recorrer ao site do Senado para ler o que está sendo discutido na comissão especial que analisa pedido contra a presidente, graças ao trabalho da taquigrafia



DESDE 1992, QUANDO foi votado o primeiro impeachment de um presidente na história da República, o Senado passou por grandes mudanças tecnológicas. Os recursos hoje disponíveis permitem que as notas taquigráficas com as discussões da Comissão Especial do Impeachment sejam publicadas na internet praticamente em tempo real.

Em aproximadamente 30 minutos, qualquer pessoa pode recorrer ao site do Senado para ver a transcrição do que está sendo discutido, segundo Quésia de Farias, diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar.

No último ano, mais de 3,2 mil horas de decupagem foram disponibilizadas para o público por meio da internet. Para o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, “a taquigrafia registra a história de forma ágil, confiável e permanente”.

Taquígrafos e revisores são os responsáveis pelo registro de todos os pronunciamentos e debates realizados na Casa. No Plenário, os taquígrafos se revezam a cada três minutos. As anotações são, em seguida, enviadas para a revisão, que disponibiliza o texto no portal. Por último, as notas passam pela montagem, quando textos complementares podem ser adicionados, e então são enviadas para publicação no *Diário do Senado Federal*.

De acordo com Quésia de Farias, todas as comissões são atendidas pela taquigrafia, mas a revisão é feita no dia seguinte. No entanto, as notas da Comissão do Impeachment têm sido disponibilizadas quase de imediato por conta da relevância do debate.

A diretora também destacou a importância da taquigrafia para a transparência do Senado, já que o taquígrafo disponibiliza para a Casa e para o público externo as manifestações dos senadores durante a



Transcrição das reuniões da Comissão do Impeachment estão na internet

atividade legislativa.

— É um serviço grandioso, mas tudo para facilitar a transparência. É importante para consultas rápidas da população, para subsidiar estudos dos consultores, para projetos de lei — disse Quésia.

## Fonte

De acordo com o chefe do gabinete administrativo da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar, Lazlo Kyoshi, as notas taquigráficas são igualmente úteis para a imprensa, por ser a fonte mais rápida para os discursos dos parlamentares.

Quésia também lembrou que muitos pesquisadores procuram o Senado em busca de textos de anos anteriores e recorrem às notas.

— Eu costumo dizer que isso aqui é uma fábrica da palavra, uma fábrica do texto, com um registro fiel de tudo o que é feito no Parlamento — ressaltou.

Hoje a tecnologia permite a gravação de áudio e vídeo e reconhecimento vocal. Segundo Quésia, esses equipamentos são sempre usados para auxílio do taquígrafo, mas não podem substituí-lo.

— Nenhum Parlamento no mundo prescindiu do uso da taquigrafia, mesmo as nações desenvolvidas. É um ofício antigo, mas não há nada que seja tão rápido quanto o taquígrafo. Mesmo que houvesse um sistema funcionando paulatinamente

com reconhecimento de voz, não seria tão eficiente, tão exato — afirmou.

## Desafios

Amanhã comemora-se o Dia do Taquígrafo. Para o chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Coordenação de Registro e Comissões, Eric Kimura, a profissão é tão importante quanto difícil.

— Você tem que ter muita atenção, se inteirar do que está acontecendo na sessão, pesquisar, ficar atento na hora de produzir o texto, porque não é um texto que aceita erros — diz Kimura, que ingressou no Senado em 2012.

Já Adriana Morcelles, revisora que entrou no Senado com Eric, ressalta que a revisão é de suma importância no processo. São os revisores, disse, que fazem as falas, muitas vezes truncadas ou sem nexos, ficarem de forma que o leitor entenda.

— A linguagem oral tem muitos rodeios. Então nós, revisores, colocamos na ordem mais direta, para ficar mais compreensível para quem está lendo, sem mudar muito o estilo — explicou Adriana.

Para Patrícia Rolo, chefe do Serviço de Revisão de Registro, tanto os senadores que estão discursando quanto as pessoas que vão ler o texto devem ser respeitados.

— O fato de a gente trabalhar no discurso deles também acentua essa marca da nossa participação no processo. E acaba sendo uma coisa muito natural, porque a gente arruma uma coisa e já vai pegando o estilo do senador, sabendo no que a gente pode mexer e no que não pode — disse.

Notas Taquigráficas da Comissão Especial do Impeachment: <http://bit.ly/notasimpeachment> (escolha a data da reunião e clique no quadro com a letra N abaixo do endereço da comissão)

## Programa de visitas ao Congresso ficará suspenso até 17 de maio

O Programa de Visitação do Congresso ficará interrompido até o dia 17 de maio. A medida visa garantir a segurança, no Senado e na Câmara dos Deputados, durante as discussões e votações do pedido de admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A visita inclui espaços do Senado e da Câmara e pode ser realizada todos os dias,

inclusive aos domingos e feriados, das 9h às 17h30, com grupos saindo a cada meia hora. De terça a quinta-feira, os grupos devem ser agendados com antecedência.

O agendamento e as informações sobre o programa de visita estão no site do Senado.

Programa de visitação: [www.congressonacional.leg.br/visite](http://www.congressonacional.leg.br/visite)

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### CDH Mulheres

9h Audiência pública sobre democracia e direitos humanos, com foco nos direitos das mulheres. Entre os convidados, estão representantes da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

### IMPEACHMENT Especialistas a favor

10h30 A comissão ouve especialistas favoráveis ao afastamento da presidente Dilma: o procurador do TCU Júlio Marcelo de Oliveira e o professor de direito José Maurício Conti.

### PLENÁRIO Trabalhador

11h Sessão especial destinada a comemorar o Dia Mundial do Trabalhador. Às 14h, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Debate

14h O órgão se reúne para discutir liberdade de imprensa, cujo dia mundial, instituído pela ONU, será comemorado amanhã. Relatórios também devem ser analisados.

### CCT/CMA/CI Banda larga

8h45 Audiência pública conjunta debate a possibilidade de bloqueio da conexão de banda larga após o consumidor atingir o limite da franquia contratada.

### IMPEACHMENT Especialistas contra

9h A comissão especial ouve, por sugestão dos governistas, os professores Geraldo Luiz Mascarenhas Prado, Ricardo Lodi Ribeiro e Marcello Lavenère.

### MULHER Enfrentamento à violência

14h A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher apresenta relatório de avaliação de políticas públicas sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, expõe o plano de trabalho para 2016 e, logo depois, analisa requerimentos.

### MP 703 Leniência

14h30 Apreciação de relatório sobre a medida provisória que dispõe sobre acordos de leniência.

### CAE Energia limpa

14h30 Pauta com 11 itens. Entre eles, projeto que estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa.

### TRANSPARÊNCIA Cartões

14h30 Análise de projeto sobre a divulgação de gastos pessoais da Presidência da República pagos com cartão corporativo.

### CONSELHO DE ÉTICA Delcídio

14h30 Análise de parecer da representação contra o senador Delcídio do Amaral.

### MP 700 Desapropriações

15h Comissão mista avalia relatório da medida provisória que altera regras em desapropriações por utilidade pública.

### CAS Assistência odontológica

9h Deliberação de 8 itens. Entre eles, projeto sobre a obrigação de assistência odontológica a todos os pacientes internados.

### CDR Torneiras

9h Reunião deliberativa com 6 itens. Entre eles, projeto que obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

### MP 706 Energia elétrica

10h Apreciação de relatório sobre a medida provisória que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

### CCJ Defensor

10h Sabatina de Carlos Eduardo Barbosa Paz, indicado para o cargo de defensor público-geral federal. Logo depois, a reunião é deliberativa com 42 itens.

### MP 714 Plano de trabalho

14h30 Apreciação do plano de trabalho da comissão responsável pela medida provisória que extingue o adicional de tarifa aeroportuária.

### CRE Embaixadores

10h Sabatina dos indicados para o cargo de embaixador do Brasil no Congo, Cabo Verde e Chipre.

QUARTA

QUINTA

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

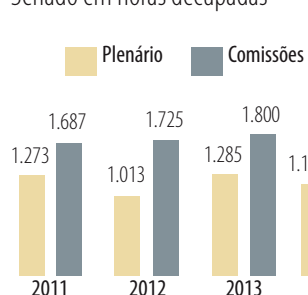
• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Falas transcritas

Números totais da taquigrafia do Senado em horas decupadas





# Propostas que alteram a Constituição dominam pauta de votação da semana

PEC sobre desvinculação de receitas de estados e municípios é o primeiro item da ordem do dia de amanhã no Plenário do Senado

DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS, precatórios e amparo à mulher vítima de violência são alguns dos temas das cinco propostas de emenda à Constituição (PECs) que constam da pauta de votações do Plenário do Senado amanhã. Para ser aprovada, uma PEC precisa do apoio de três quintos dos senadores e dos deputados, em dois turnos de votação.

Das cinco propostas em pauta, a única que está pronta para ser votada em segundo turno é a PEC 143/2015, que permite aos estados e aos municípios aplicar em outras despesas parte dos recursos hoje atrelados a áreas específicas, como saúde, educação, tecnologia e pesquisa.

O texto, do senador Dalírio Beber (PSDB-SC), tem relatório favorável do senador Romero Jucá (PMDB-RR) e desvincula as receitas estaduais e municipais tal como já acontece por meio do mecanismo da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

A PEC 159/2015 trata de precatórios, que são ordens de pagamento expedidas



Em sessão presidida por Renan Calheiros (C), no dia 19, senadores discutem PEC sobre apoio à mulher vítima de violência

pelo Judiciário para cobrar de municípios, de estados ou da União o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. O texto permite o financiamento da parcela que ultrapassar a média dos cinco anos anteriores do comprometimento percentual da receita corrente líquida do ente federativo com o pagamento de precatórios.

Já a PEC 43/2012, da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), altera a Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.

Também está na pauta a PEC 45/2009, que incorpora à Constituição as atividades de

controle interno da administração pública desempenhadas por órgãos de ouvidoria, controladoria e auditoria. O texto, que veio da Câmara, teve relatório favorável do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

## Cargos em comissão

Por último, a PEC 110/2015, do senador Aécio Neves (PSDB-MG), estabelece percentuais máximos de cargos em comissão. Segundo o autor, a PEC tem o objetivo de reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente e qualificada tecnicamente, estabelecendo o critério da meritocracia

e a realização de concurso público para preenchimento de parte dos cargos comissionados — 50% dos quais terão que ser ocupados por servidores do quadro efetivo da respectiva instituição.

A pauta inclui ainda o projeto de resolução do Senado que estabelece limite para a dívida consolidada da União, assim como já existe para estados e municípios. A proposta (PRS 84/2007) preenche um vazio legal vigente desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2001, e integra a Agenda Brasil — pauta listada pelo Senado com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

## Conselho debate hoje liberdade de imprensa

O Conselho de Comunicação Social se reúne hoje, às 14h, para debater a liberdade de imprensa. Estão convidados para o encontro dois representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco): a coordenadora de Comunicação e Publicações, Ana Lúcia Guimarães, e o coordenador de Comunicação e Informação, Adauto Soares.

Em 1993, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), o dia 3 de maio foi declarado o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. A data

tem o objetivo de defender o direito ao acesso à informação e alertar as autoridades sobre perseguições contra os jornalistas no exercício profissional.

## Relatórios

Na mesma reunião, haverá a apresentação de uma série de relatórios. O primeiro trata dos efeitos da crise econômica sobre o setor da comunicação social. Também serão apresentados relatórios sobre processos de concessão de serviços de radiodifusão e sobre repetidoras de televisão.

Está prevista a apresenta-

ção do relatório que trata do projeto que amplia os poderes de investigação sobre crimes na internet (PLS 730/2015). De Otto Alencar (PSD-BA), o projeto permite que delegado de polícia ou promotor de Justiça requisitem informações aos provedores, em caso de suspeita de crime na internet.

## Comissões temáticas

Hoje, às 9h, a Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação se reúne para designar relatorias. O objetivo é criar relatorias para acompanhar as matérias

em tramitação pertinentes à comissão. Às 10h30, é a vez de a Comissão Temática de Publicidade e Propaganda se reunir. Na pauta, apresentação de relatório e encaminhamentos sobre o seminário Restrições em publicidade e propaganda, realizado em março. Ambas as comissões funcionam no âmbito do conselho.

Composto por 13 titulares e 13 suplentes, o órgão atua como auxiliar do Congresso, conforme determina o artigo 224 da Constituição. A atribuição é elaborar estudos, pareceres e recomendações, entre outras solicitações dos parlamentares, sobre temas relacionados à comunicação e à liberdade de expressão.

Os integrantes são escolhidos entre representantes das empresas de comunicação, representantes de jornalistas, radialistas, artistas e profissionais de cinema, um engenheiro com conhecimento de comunicação social e cinco representantes da sociedade. Os nomes são sugeridos pelas entidades de cada setor à Mesa do Congresso Nacional.



Órgão, que funciona como instância auxiliar do Congresso, também vai analisar relatórios e reunir comissões temáticas

## Dia do Trabalhador é celebrado hoje em sessão especial

O Senado faz hoje sessão especial, às 11h, para homenagear o Dia Mundial do Trabalhador, comemorado em 1º de maio. O pedido foi feito por Paulo Paim (PT-RS) e apoiado por outros parlamentares.

Foram convidados o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto; a ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes; a representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Regina Adami; e a secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Alessandra da Costa Lunas.

Também fazem parte da lista o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima; o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins; e o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), Warley Martins Gonçalves.

Além deles, devem participar da homenagem o diretor-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Moacyr Roberto Tesch Auersvald; o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira; o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Willian Clementino; e um representante do Comitê Pró-Democracia.

## História

O Dia Mundial do Trabalhador é comemorado em 1º de maio porque nesse dia, em 1886, houve uma grande greve nas fábricas da cidade de Chicago, que, na época, já era um grande centro urbano e industrial dos Estados Unidos. Os manifestantes reivindicavam melhores condições de trabalho, pois na época a carga horária chegava a 15 ou 18 horas diárias.



# Para ministros, não há crime de responsabilidade

José Eduardo Cardozo, Nelson Barbosa e Kátia Abreu falaram em defesa da presidente Dilma Rousseff na Comissão Especial do Impeachment na sexta. Advogado-geral da União afirmou que o processo, da forma como está sendo feito, é golpe

TRÊS MINISTROS MANIFESTARAM-SE em defesa da presidente Dilma Rousseff na Comissão Especial do Impeachment do Senado, na sexta-feira.

José Eduardo Cardozo, Nelson Barbosa e Kátia Abreu, responsáveis pela Advocacia-Geral da União e pelas pastas da Fazenda e da Agricultura, disseram que Dilma não cometeu crime de responsabilidade e que não identificam base legal capaz de justificar a aprovação pelo Senado da admissibilidade do processo de impedimento. Para Cardozo, da forma como está sendo feito, o processo caracteriza golpe.

Ao manifestar-se em defesa da presidente, o advogado-geral da União observou que o impeach-

ment requer um atentado à Constituição, a caracterização de crime de responsabilidade praticado pelo governante e uma situação “excepcionalíssima” amparada em pressupostos jurídico-políticos, e não somente políticos.

— Golpe é a ruptura institucional, com violência ou não, para destituição de um governo. Se o processo estiver de acordo com a Constituição, não é golpe. Mas em desconformidade, sem observância aos crimes de responsabilidade, é, sim. Neste caso, em se consumando um impeachment nesses moldes, haverá um golpe — disse.

Para Cardozo, mesmo na hipótese de ter agido sem a intenção de cometer dolo, a presidente não pode ser

responsabilizada por delito culposo, porque crime jamais foi configurado.

Barbosa assegurou que a mudança na meta fiscal de 2015, aprovada pelo Congresso, validou a edição das medidas usadas pelo governo para o remanejamento de recursos. E sublinhou que todas as operações financeiras da presidente foram feitas de acordo com a lei vigente e com as exigências do Tribunal de Contas da União.

## Plano Safra

Kátia Abreu se esforçou para mostrar aos senadores que as subvenções previstas no Plano Safra visam garantir competitividade à agricultura brasileira e não configuram crédito dos bancos ao Tesouro

Nacional, como entendeu a Câmara dos Deputados ao dar sequência ao processo.

De acordo com a ministra, a denúncia acatada pelos deputados trata como crime de responsabilidade atrasos no pagamento da equalização de taxas de juros do Plano Safra. Ela explicou que o governo subvenciona o crédito rural para garantir taxas de juros menores aos agricultores, os quais, sem isso, não teriam como competir com outros países, onde os juros são mais baixos.

Segundo a ministra, à União cabe a equalização dessa subvenção, ou seja, o pagamento da diferença entre as taxas de juros mais baixas concedidas aos agricultores e as taxas praticadas pelo mercado.



Barbosa (E), Cardozo (2ª à esq.) e Kátia Abreu falam aos senadores, ao lado do relator, Anastasia, e do presidente da comissão, Raimundo Lira

## Governistas dizem que argumentos são políticos, oposição afirma uso de pedaladas

Senadores do governo e da oposição divergiram sobre os argumentos apresentados pelos ministros da Fazenda, Nelson Barbosa, e da Agricultura, Kátia Abreu, e pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, em defesa da presidente Dilma Rousseff, na sexta-feira. A principal polêmica foi sobre a argumentação da defesa de que não houve crime de responsabilidade por parte de Dilma.

Os senadores que apoiam o governo reafirmaram que a oposição apresenta apenas argumentos políticos, sem sustentação jurídica. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) pontuaram a “visível e gritante” diferença entre as sessões da comissão reunindo os acusadores, na quinta-feira, e a defesa de Dilma, na sexta.

— O que estamos tendo

hoje aqui é um debate técnico sobre as duas razões [pedaladas fiscais e edição de créditos suplementares] em que Dilma é acusada de crime de responsabilidade, mesmo com uma ou outra observação política — disse Vanessa.

Mas, para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Dilma mentiu ao país para se reeleger, o que em si já justificaria a abertura do processo de impeachment.

— Mentiu para o povo mediante artimanhas contábeis para esconder a verdadeira situação fiscal do Brasil, com essa finalidade de se reeleger.

Em resposta, Cardozo sustentou que a presidente não cometeu crime de responsabilidade e que ela não pode ter o mandato interrompido, ainda que provisoriamente, pela dúvida.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que

a própria defesa da presidente reconheceria o crime de responsabilidade na edição de decretos de créditos orçamentários. Para ele, houve descumprimento das metas fiscais e faltou autorização legislativa para os créditos. Cardozo contrapôs, no entanto, que a meta anual foi cumprida.

## Críticas ao relator

Senadores também questionaram a imparcialidade e idoneidade do relator da Comissão Especial do Impeachment, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Lindbergh Farias (PT-RJ), Fátima Bezerra (PT-RN) e Gleisi Hoffmann afirmaram que Anastasia não teria autoridade para recomendar o afastamento da presidente por descumprimento da meta de superavit fiscal ou pela edição de decretos de créditos suplementares sem o

aval prévio do Congresso.

— O que nós queremos aqui é que o senhor faça um exame de consciência e o senhor não queira condenar a presidenta Dilma por um instrumento que, além de ter amparo legal, é um instrumento que o senhor utilizou enquanto governador do estado de Minas — afirmou Fátima.

Anastasia disse que não cometeu pedaladas porque não há bancos públicos em Minas Gerais e que nada lhe tirará o senso de responsabilidade para elaborar o relatório.

— Não haverá qualquer voz trovejante que vai alterar a minha serenidade, meu senso de responsabilidade diante do que me foi delegado por esta comissão para fazer um relatório com base nos dados que estão sendo apurados e no que estou ouvindo nestas sessões.

## Golpe

O uso da palavra golpe por Cardozo para classificar o processo de impeachment motivou questionamento de vários senadores, como José Medeiros (PSD-MT), Simone Tebet (PMDB-MS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO). Para Caiado, não cai bem a tese ser adotada por quem, como Cardozo, tem amplo conhecimento do direito, além da obrigação constitucional de fazer a defesa jurídica de todos os Poderes.

## Vanessa Grazziotin pede suspensão do processo

A senadora Vanessa Grazziotin apresentou uma questão de ordem no final da reunião da Comissão do Impeachment em que pede o arquivamento ou a suspensão do processo até que o Congresso Nacional aprecie as contas do governo referentes ao exercício de 2015.

## Créditos

Cássio disse estar convencido de que a execução de créditos suplementares sem a autorização prévia do Congresso configura crime de responsabilidade, o que justifica o impeachment.

O advogado-geral da União rebateu a acusação afirmando que, no governo Fernando Henrique, foram editados mais de 100 decretos sobre créditos suplementares não autorizados pelo Legislativo e nada aconteceu.

— Como podia lá [no governo FHC] e não agora? — questionou Cardozo.

Os senadores que apoiam o governo criticaram a oposição por tentar justificar o impeachment de Dilma não pela existência de um crime de responsabilidade, mas por outras diversas críticas ao governo, ou o que chamam de “conjunto da obra”.

— É uma tentativa de influenciar os senadores a votar não pelo que é a denúncia, mas pelo que disse a Globo ou quem quer seja e pelos problemas econômicos e políticos — disse o líder do governo, Humberto Costa (PT-PE).

## Raimundo Lira visita presidente do Supremo Tribunal Federal para acertar procedimentos

O presidente da Comissão Especial do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), acertou com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, em reunião na sexta-feira, os procedimentos a serem seguidos pela comissão, caso seja aprovada a admissibilidade da denúncia contra a presidente Dilma Rousseff.

Após votação no Plenário do Senado do relatório da comissão especial, se a decisão for pela admissibilidade, quem assume a presidência dos trabalhos é o presidente do STF. Lira explicou que é nessa segunda fase que recursos sobre questões de ordem feitas na comissão poderão ser analisados por Lewandowski.

— O presidente do STF é a última instância dessa comissão especial. Ou seja, todos aqueles recursos ou questões de ordem que eu não tenha resolvido, ou que eu tenha resolvido mas não tenha atendido

as expectativas de quem solicitou, serão levados à instância máxima, que será o presidente Ricardo Lewandowski — disse Lira.

Segundo o senador, já existe clareza total em relação ao rito a ser seguido pela comissão especial. Ele lembrou que, nessa primeira fase, os integrantes da comissão vão se ater apenas à análise exclusiva dos itens contidos na denúncia enviada pela Câmara. Lira acredita que, se houver uma segunda fase do processo de impeachment, o Senado deverá seguir a mesma linha, com análise exclusiva dos seis decretos que autorizam créditos suplementares ao Orçamento da União e as chamadas pedaladas fiscais.

Lira afirmou ainda que os trabalhos da comissão não devem sofrer atrasos. Assegurou que a votação do relatório na comissão será no dia 6 de maio. Já a votação do relatório no Plenário do Senado está prevista para 11 de maio.



Para Vanessa, processo deve aguardar julgamento das contas de 2015

## Especialistas em direito vão opinar hoje e amanhã

Esta semana a Comissão Especial do Impeachment ouvirá a opinião de especialistas em direito sobre o processo de afastamento da presidente da República, Dilma Rousseff.

Hoje, às 10h30, a comissão recebe o procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira. Foi ele quem deu parecer pela rejeição das contas de Dilma no TCU.

No mesmo encontro, falará o professor da Universidade de São Paulo (USP) José Maurício Conti, especialista em direito econômico.

Amanhã, às 9h, falam os professores Geraldo Luiz Mascarenhas Prado e Ricardo Lodi Ribeiro, ambos doutores em direito. Também está convidado para a mesma reunião o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcello Lavenère.

Ele foi um dos autores do pedido de impeachment que resultou na saída de Fernando Collor da Presidência da República, em 1992.

Os convidados da reunião de hoje foram sugeridos pela oposição, enquanto os da reunião de amanhã foram sugestão da bancada governista.

Os partidos de oposição ainda podem divulgar um terceiro nome para a reunião de hoje.

## Debate com a defesa será essencial ao parecer, afirma relator

O relator da Comissão Especial do Impeachment, Antonio Anastasia, disse que as exposições dos ministros e o debate entre eles e os senadores serão fundamentais para a elaboração do parecer sobre a admissibilidade ou não do processo.

## Cardozo

O senador pediu que o chefe da AGU, José Eduardo Cardozo, explicasse a presidente Dilma não reconhece que realizou as operações de crédito ou se não reconhece que as operações que realizou foram ilegais. Cardozo disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe empréstimos, mas que o atraso no pagamento dos contratos com os bancos não configurou empréstimo.

O relator perguntou também se, caso houvesse a previsão legal do crime de responsabilidade na modalidade culposa, seria possível responsabilizar a presidente. Cardozo, que havia alegado que crime de responsabilidade somente se dá se o ato for doloso, ou seja, com intenção de cometer a infração, afirmou que não, pois não houve ilícito.

Anastasia questionou ainda se a defesa da presidente Dilma já havia tomado providências sobre a alegação de que a aceitação do pedido de impeachment teria sido uma conduta com desvio de finalidade por parte do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que teria aceitado o processo apenas por vingança. Cardozo lembrou que o deputado Wadhi Damous (PT-RJ) impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) por desvio de poder.

## Barbosa

Ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, Anastasia perguntou se, antes de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter mudado o entendimento a respeito das chamadas pedaladas fiscais em 2015, elas seriam consideradas lícitas. Barbosa respondeu que as operações foram consideradas regulares.

Outro questionamento foi em relação à alteração da meta fiscal realizada pelo governo no ano passado. Anastasia quis saber se o contingenciamento feito em 2015, quando ainda estava pendente no Congresso a proposta de alteração da meta, levou em consideração

a meta vigente ou a pendente de aprovação. Barbosa respondeu que o governo levou em consideração o entendimento adotado em 2009 pelo TCU.

— Em 2009, foi feito um pedido de mudança de meta ao Congresso em maio, aprovado em outubro. E, ao longo desse processo, o governo editou decretos de crédito suplementar, que incluíam também aumento de crédito com base em subvenção financeira e excesso de arrecadação, processo que foi considerado regular — disse.

## Kátia

O relator questionou a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, se os R\$ 10,4 bilhões de equalização de taxas de juros do Plano Safra, em atraso, não configurariam financiamentos da União pelo banco. A ministra disse não haver na norma legal data marcada para o pagamento, apenas regra para atualização monetária em caso de atraso.

— O fato de eu deixar de pagar uma conta não significa que eu transformei [a conta] em empréstimo. Continua sendo uma prestação de serviço que eu deixei de pagar.

## Raimundo Lira visita presidente do Supremo Tribunal Federal para acertar procedimentos

O presidente da Comissão Especial do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), acertou com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, em reunião na sexta-feira, os procedimentos a serem seguidos pela comissão, caso seja aprovada a admissibilidade da denúncia contra a presidente Dilma Rousseff.

Após votação no Plenário do Senado do relatório da comissão especial, se a decisão for pela admissibilidade, quem assume a presidência dos trabalhos é o presidente do STF. Lira explicou que é nessa segunda fase que recursos sobre questões de ordem feitas na comissão poderão ser analisados por Lewandowski.

— O presidente do STF é a última instância dessa comissão especial. Ou seja, todos aqueles recursos ou questões de ordem que eu não tenha resolvido, ou que eu tenha resolvido mas não tenha atendido

## Audiência ouve mulheres sobre situação da democracia no Brasil

A segunda audiência do ciclo de debates sobre democracia e direitos humanos discute hoje, a partir das 9h, os direitos das mulheres. Representantes de 15 organizações feministas e entidades sociais e sindicais, além de uma participante do governo, devem comparecer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O objetivo das audiências, segundo o autor da proposta, Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, é promover amplo debate sobre a democracia no país diante do atual quadro político, marcado pelo processo de impeachment. Ao defender a iniciativa, Paim citou pesquisa recente do Ibope que revela que 62% dos consultados pedem novas eleições para a Presidência da República. A primeira audiência ouviu professores e advogados que se mostraram contrários ao processo de afastamento da presidente Dilma.

## Instalada na segunda, comissão já elegeu relator e ouviu acusação

A Comissão Especial do Impeachment foi instalada na segunda-feira da semana passada. Sua composição foi confirmada por votação simbólica.

Antes da eleição dos membros, seis senadores apresentaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, questão de ordem para garantir que os processos de impedimento da presidente Dilma e do vice-presidente Michel Temer fossem julgados ao

mesmo tempo no Senado. Renan negou o pedido.

Na terça-feira, Raimundo Lira foi escolhido o presidente da comissão e Antonio Anastasia foi eleito relator.

As senadoras Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin, da base governista, questionaram a indicação do relator, ao alegar que Anastasia não tem isenção. As questões foram rejeitadas pelo presidente da comissão.

Ao longo da semana, Renan se encontrou, em momentos separados, com a presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer e o ex-presidente Lula. Aos três reafirmou sua isenção como presidente do Senado na análise do impedimento.

Na quinta-feira, a comissão começou a ouvir os depoimentos, pelo lado da acusação. Os juristas Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal explicaram os ar-

gumentos que usaram para fundamentar o pedido de impeachment, com destaque para as pedaladas fiscais e a edição de decretos de créditos suplementares sem autorização do Congresso. Hélio Bicudo, que também assina o pedido, não compareceu por razões médicas.

A apresentação do relatório da comissão ficou marcada para esta quarta-feira e a votação será na sexta.



Senadores da Comissão do Impeachment divergiram sobre a existência de crime de responsabilidade





Senadora Ana Amélia preside o debate "O cooperativismo que vence a crise", em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul

## Cooperativas gaúchas cobram atenção federal

Em debate da Comissão de Agricultura realizado em Santa Rosa, mesmo reconhecendo que estão crescendo na crise, cooperados reclamaram de dificuldades para obter financiamento pelo BNDES

REPRESENTANTES DO COOPERATIVISMO gaúcho enaltecem a capacidade de seu modelo de negócios superar as dificuldades econômicas, mas cobraram mais atenção do governo federal ao setor. Em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizada na sexta-feira, em Santa Rosa (RS), os representantes do setor agropecuário também expressaram suas expectativas positivas para a safra deste ano. O debate ocorreu na 21ª Feira Nacional da Soja (Fena-soja) e foi presidido por Ana Amélia (PP-RS).

O presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs), Vergílio Perius, mencionou a tradição gaúcha do cooperativismo. Disse que, no ano passado, as cooperativas geraram 11% mais empregos e que pagam salários superiores aos das empresas privadas. Perius também mostrou dados sobre o aumento dos depósitos em cooperativas de crédito, o que, segundo ele, atesta a credibilidade crescente do sistema.

— Na nossa essência, quando existe crise, as pessoas se unem mais, na família, na pequena e na grande comunidade. O cooperativismo cresce na crise e vence a crise

— disse Perius.

No entanto, ele lamentou que mais de 100 mil produtores rurais continuem presos no "subdesenvolvimento" por falta de energia elétrica.

### Energia

Segundo o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), as cooperativas de eletrificação, que hoje têm grande importância no estado, sofreram com a redução do preço da energia determinado pelo governo federal em 2013.

— Trouxe um prejuízo para os geradores e os distribuidores de energia. Depois da eleição, o Brasil pagou o rombo.

O presidente da Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste (Cooperluz), Querino Volkmer, salientou o índice de satisfação com o serviço prestado pela empresa, acima da média nacional das concessionárias de energia. Ele observou que as cooperativas do setor estão na situação "penosa" de cobrir somente as áreas que não interessavam a outras companhias e apelou por apoio do estado e da União para servir a um mercado de poucos consumidores por quilômetro de linha.

Ana Amélia avaliou que o BNDES tem que levar em conta que a cooperativa não pode ser tratada com uma

distribuidora de energia convencional. Heinze acrescentou que o setor tem dificuldade de financiamento pelo BNDES. Em sua avaliação, a política de participações do banco favorece empresas concorrentes das cooperativas.

Paulo Pires, presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul, destacou que, atualmente, 45% da produção vem das cooperativas. Ele também chamou a atenção para o aumento da área plantada de milho no estado, depois de 12 anos de baixa, graças ao crescimento da rentabilidade dessa cultura:

— Esse é o princípio: os associados se ligam a uma cooperativa para terem poder de barganha, para serem fortes, terem escala.

Ana Amélia ainda criticou os problemas logísticos que encarecem o transporte de milho de Mato Grosso até Santa Catarina, onde é intensamente usado na alimentação animal.

— As indústrias produtoras irão para a zona de fornecimento da matéria-prima. Por isso, algumas estão transferindo suas unidades para o Brasil Central. Sugiro também isenção de PIS e Cofins para importação de milho da Argentina ou do Paraguai, o que baratearia o transporte.

## Medida abre crédito extra para publicidade e Jogos Olímpicos

O governo publicou medida provisória (MP) para abrir crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério do Esporte, no valor de R\$ 180 milhões.

Desse total, R\$ 100 milhões devem ser empregados pela Presidência para ações de comunicação institucional e publicidade de utilidade pública. Os outros R\$ 80 milhões, da pasta do Esporte, vão servir para implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

O crédito extraordinário para essas ações está sendo compensado por cortes de outras despesas, inclusive o cancelamento de uma dotação de R\$ 100 milhões para o Ministério de Minas e Energia, que seria utilizada para aumentar a participação da União no capital da Eletrobras.

Outros R\$ 80 milhões foram remanejados do próprio Ministério do Esporte, recursos que antes estavam sendo destinados ao desenvolvimento de atividade e apoio a projetos

no âmbito de ação orçamentária denominada Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social.

A MP 722/2016 foi publicada em uma edição extra do *Diário Oficial da União* com data de 28 de abril, que circulou na sexta-feira.

### Imprevisibilidade

Ao optar pela abertura de um crédito extraordinário, o governo adotou modalidade de crédito orçamentário constitucionalmente previsto para cobrir despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra e calamidade pública. Em 2007, divergências quanto ao uso desse tipo de crédito fora das hipóteses previstas motivaram ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

Caso fosse aberto crédito suplementar, destinado ao reforço de ações com dotação insuficiente, o pedido de autorização ao Congresso seria feito por meio de projeto de lei, com tramitação mais lenta.

## Relatório sobre políticas para a mulher deve ser apresentado hoje

A apresentação das conclusões do *Relatório de Avaliação de Políticas Públicas sobre o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher* está marcada para hoje, às 14h, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. O texto é da senadora Regina Sousa (PT-PI).

Na mesma reunião, a relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE), apresentará o plano de trabalho do colegiado para 2016.

Também serão examinados três requerimentos. A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) requer a realização de audiência pública para conhecer exemplos de políticas e legislações adotadas em diferentes países e no Brasil para promover o empoderamento econômico

da mulher e seus impactos na diminuição nos índices de violência de gênero.

Já a vice-presidente da comissão, deputada Keiko Ota (PSB-SP), requer a realização de seminário, na Câmara Municipal de São Paulo, para tratar sobre a violência doméstica.

O terceiro requerimento é de Luizianne e encaminha pedido à Secretaria Nacional de Segurança Pública, aos órgãos de segurança pública dos estados e ao Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde para o fornecimento de dados estatísticos e informações referentes a homicídio de mulheres relacionados a questões de gênero. O objetivo é discutir a efetividade da Lei 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burtle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



# Prazo para votação de nova meta fiscal é maio

Sem condições de manter saldo positivo nas contas este ano, o governo pediu pressa para aprovar projeto que prevê déficit de até R\$ 96,7 bilhões ao final do exercício

O CONGRESSO NACIONAL tem até 20 de maio para votar a revisão da meta fiscal para este ano. A proposta foi encaminhada pelo Executivo (PLN 1/2016) e estabelece que a União poderá fechar 2016 com déficit primário (resultado negativo das contas do governo sem contar o pagamento dos juros da dívida pública) de até R\$ 96,7 bilhões.

A estimativa para o atual exercício é de superávit primário de R\$ 30,5 bilhões para o conjunto do setor público, sendo R\$ 24 bilhões só para o governo federal (incluindo o Tesouro Nacional, o Banco Central e a Previdência) e o restante para os estados e os municípios, como consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor. Ao contrário do déficit, o superávit primário indica a poupança para pagar os encargos da dívida pública.

A meta inicial no projeto da LDO de 2016, enviado pelo Executivo em abril de 2015, era superávit de R\$ 104,5 bilhões. O número foi sendo reduzido à medida que caía a arrecadação federal, por força da redução do ritmo de atividade econômica. O governo deve anunciar, em 22 de maio, o novo resultado das receitas e despesas do último bimestre.

Se a alteração da meta fiscal para o ano não for aprovada pelo Congresso, o governo

terá de fazer corte adicional de despesas superior a R\$ 30 bilhões no Orçamento de 2016. Por isso, o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, pediu urgência na análise do projeto.

O risco é que mais um corte orçamentário paralise a máquina pública, com a suspensão de gastos não obrigatórios, como pagamento de serviços de água, luz e telefone. Até agora, o corte anunciado pelo Executivo para este ano é de R\$ 44,6 bilhões.

## “Pedalada”

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), ex-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), espera que a revisão da meta seja votada no prazo certo, de acordo com a Constituição. Segundo ela, se isso não ocorrer, o Brasil vai ficar paralisado e faltarão recursos tanto para atender o custeio da máquina pública quanto para os programas sociais.

— É um erro grave, é crime de responsabilidade, que, inclusive, vai ser cometido pela Casa. Se não vota essa revisão de meta no prazo, haverá uma pedalada. E quem vai ser parceiro dela? O Congresso Nacional — alertou a senadora.

Para o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), é sabido que o valor atual da meta fiscal é totalmente fictício e precisa ser modificado. Ele acrescentou



Congresso deve ser convocado por Renan assim que a Comissão de Orçamento for constituída e votar nova meta fiscal

que também é inevitável crescimento negativo em 2016 para o produto interno bruto (PIB), que mede a soma das riquezas produzidas pelo país.

— Alguns acham que a queda será superior à do ano passado, extrapolando os 3,6% e atingindo de 4% a 4,5%. Isso é preocupante — ressaltou o senador.

Já o líder do governo, senador Humberto Costa (PT-PE), afirmou que, sem a revisão da meta, o governo vai ter grande dificuldade para cumprir alguns compromissos, inclusive com as administrações municipais e estaduais que aguardam a liberação de re-

ursos para obras relevantes que estão paradas.

— Esperamos que seja votada. Essa revisão é fundamental para tocar obras importantes, arcar com gastos e fazer investimentos, que são fundamentais para retomarmos o processo de crescimento do Brasil — argumentou o senador.

## Dificuldades

Um obstáculo para agilizar a tramitação da proposta é que a CMO ainda não foi constituída este ano. A comissão precisa analisar o projeto antes de ser submetido à votação pelo Plenário do Congresso.

Outro problema apontado por parlamentares é o processo de impeachment da presidente, em análise no Senado, que poderia relegar qualquer outro tema a plano secundário.

No entanto, o presidente do Senado, Renan Calheiros, a quem cabe constitucionalmente convocar e presidir as sessões do Congresso, afirmou que nem a Câmara nem o Senado “faltarão com o Brasil”.

— Tão logo haja necessidade de convocarmos o Congresso, para apreciar a redução da meta fiscal, faremos isso, porque o interesse do Brasil está acima de qualquer outra questão — declarou.

## Comissão vota regras para coibir lavagem de dinheiro

Medidas para evitar lavagem de dinheiro por meio das loterias federais estão estabelecidas em projeto que deve ser votado em decisão final pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã. Se aprovado e não houver recurso para ser submetido ao Plenário, o texto vai para a Câmara.

O PLS 62/2007, de Alvaro Dias (PV-PR), define procedimentos para pagamentos dos prêmios de loteria, como a exigência de que o vencedor comprove a origem dos recursos de suas apostas e o bloqueio do saque até que haja sua identificação completa e a verificação de que ele não possui antecedentes criminais.

O relator na CAE, José Pimentel (PT-CE), aceitou ajustes no texto original propostos pelo ex-senador Pedro Taques. Como explica Pimentel no seu parecer, a redação poderia suscitar dúvidas na interpretação, pelos operadores do direito, de que o projeto iria regular todo o controle da lavagem de dinheiro por meio das loterias, dificultando outras providências que viessem a ser adotadas

pelo Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf).

Um dos objetivos da proposta, segundo Alvaro na justificativa do projeto, é evitar casos de irregularidade evidente, como uma ocorrência em que uma única pessoa descontou 107 prêmios no mesmo dia, em sete modalidades de loteria.

## Procedimentos

Pela proposta, a Caixa Econômica Federal ou qualquer outra pessoa jurídica autorizada a explorar loterias deve manter, por no mínimo cinco anos, o registro de informações sobre cada edição dos

concursos e seus ganhadores. A exigência também alcança casas lotéricas revendedoras e permissionárias.

Os registros devem conter os seguintes itens: tipo ou modalidade de loteria ou sorteio, número e data do concurso, data do pagamento, valor e descrição do prêmio, se foi pago em dinheiro ou em bens e a forma do pagamento. Também será preciso registrar o nome completo do ganhador do prêmio, número de documento de identificação e de inscrição no CPF, dados das casas lotéricas, como donos e endereços, e o estabelecimento pagador.



Lotéricas terão regras novas, como ter registro dos ganhadores por cinco anos

## Gastos com cartão da Presidência poderão ser publicados na internet

A Comissão de Transparência e Governança (CTG) pode aprovar regras mais transparentes para gastos pessoais da Presidência da República, em reunião marcada para amanhã, às 14h30. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 62/2014, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), determina que os gastos pessoais realizados pela Presidência, bem como as despesas por meio de cartão corporativo, sejam listados e publicados na internet, vedando a classificação de parte desses gastos como sigilosos.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), classifica o projeto como “altamente meritório e oportuno”. Ele, porém, apresentou um substitutivo para “regulamentar o uso desse importante e moderno instrumento de pagamentos”, definindo normas básicas a serem observadas na sua utilização. O texto traz uma série de regras para a concessão do cartão e também para o seu uso. Proíbe o saque em dinheiro com o cartão de pagamento. Se aprovado, o projeto seguirá para a Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na mesma reunião, serão apreciados dois requerimentos de audiência, de João Capiberibe (PSB-AP). Um será para debater a transparência pública. O outro servirá para avaliar a padronização das páginas de transparência em todas as esferas da administração. Segundo argumenta, “a promoção da transparência das informações públicas é uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia, o que incentiva a educação política, subsidia o combate à corrupção e facilita a avaliação dos governantes pela sociedade”.

A comissão vai analisar um terceiro requerimento, de Paulo Bauer (PSDB-SC). O senador quer que sejam convidados o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, e o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, para que esclareçam as dificuldades enfrentadas pelo eSocial — programa do governo usado para pagar e recolher tributos relacionados ao empregado doméstico.



Foram convidados representantes do governo, das operadoras de serviços de banda larga e de entidades ligadas à comunicação e à defesa dos direitos do consumidor

# Comissões debatem limite de acesso à internet

O LIMITE AO uso de dados por meio da internet em banda larga será debatido amanhã em audiência pública conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Entre os temas em pauta, está a possibilidade de bloqueio da conexão após o consumidor atingir o limite da franquia contratada. As operadoras de internet anunciaram que pretendem cobrar mais de quem baixa mais dados.

Foram convidados o presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR/NIC.br, Demi Getschko, além de representantes das empresas Oi, Claro, Net e Vivo. Também foram convidados representantes dos Ministérios das Comunicações e da Justiça, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de movimentos sociais ligados às áreas de comunicação e de defesa dos direitos dos consumidores, como o Coletivo Brasil de Comunicação Social (Inter-vozes), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste). Também devem participar da audiência o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Um dos autores dos requerimento, Lasier Martins (PDT-RS) lembra que desde o início do ano as operadoras têm anunciado que poderão limitar o uso de dados de banda larga, por meio de uma cláusula que estabelece o bloqueio ou a redução na velocidade após o limite ser atingido.

— Há risco evidente de prejuízos para uma parte significativa dos consumidores. Se esse tipo de contrato for válido, o acesso à internet pode ser interrompido — reclama o senador.

Já Telmário Mota (PDT-RR) reclamou da qualidade dos serviços prestados pelas operadoras e do papel desempenhado pela Anatel nesse processo.

— Sinto falta de energia da Anatel para defender o consumidor. Segundo o Tribunal de Contas da União, entre 2011 e 2013, a agência recolheu só 1,72% do que aplicou em multas, indo na contramão inclusive das outras agências — disse o senador.

Ele lembrou também reportagem recentemente publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em que um diretor não identificado da Anatel teria dito que “a agência finge que multa e eles fingem que pagam”.



Para os senadores, a medida anunciada vai prejudicar principalmente os consumidores que usam a internet para ver filmes ou para jogar on-line

## Três projetos que tramitam no Senado visam garantir conexão ilimitada

Tramitam no Senado Federal três projetos que podem dar um fim à polêmica que tomou conta das redes sociais depois que as operadoras de internet anunciaram a intenção de cortar ou reduzir a velocidade de acesso dos internautas que esgotarem a franquia de dados contratada. Os projetos proíbem as operadoras de estabelecer franquias de dados em seus contratos.

De autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 14/2016 proíbe as franquias alterando uma resolução da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O projeto susta trecho da Resolução 614/2013 no qual as operadoras são autorizadas a impor quantidades máximas de dados (franquias) a serem consumidas e a cobrar mais pelo consumo excedente de dados ou a reduzir a velocidade de acesso.

O projeto será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovado, será examinado também pelo Plenário do Senado e, depois, pela Câmara dos Deputados.

Na justificativa do projeto, Cássio Cunha Lima afirma que é necessário sustar esses trechos da resolução da Anatel, pois eles permitem às operadoras de internet violar tanto o Marco Civil da Internet quanto o Código de Defesa do Consumidor.

Ele lembra que o Marco Civil estabelece a “não suspensão da conexão à internet, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização” e a “manutenção da qualidade contratada da conexão à internet”. Além disso, o senador menciona diversos dispositivos do código que visam proibir cláusulas contratuais abusivas e lesivas ao consumidor.

### Fim da franquia

Já dois projetos de lei do Senado optam por inserir no Marco Civil da Internet a proibição das franquias. O PLS 174/2016, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), e o PLS 176/2016, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), inserem o inciso na legislação para proibir, expressamente, as franquias de dados. Ambos tramitam na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática (CCT) em caráter terminativo. Isso significa que, se aprovados, seguem direto para votação na Câmara dos Deputados, a não ser que se apresente recurso para votação em Plenário do Senado.

Ricardo Ferraço ressalta, na justificativa ao projeto, que diversos aspectos do exercício da cidadania dependem da internet, como ensino a distância, declaração do Imposto de Renda e pagamento de obrigações tributárias, de modo que, a seu ver, não seria razoável limitar o tráfego

de dados na rede.

Eunício Oliveira acrescenta que é dever do poder público defender os consumidores e garantir a concorrência, especialmente no mercado de serviços de acesso à internet. No Brasil, lembra ele, 85% desse mercado é controlado por apenas três grupos empresariais.

“Dessa maneira, esse é um setor no qual a ação do poder público na manutenção de uma real concorrência e na defesa dos consumidores se mostra particularmente necessária, a fim de evitar abusos”, ponderou.

### Sugestão popular

Foi apresentada no Senado, por meio do Portal e-Cidadania, uma sugestão popular para proibir que as operadoras limitem o acesso à internet de quem exceder o limite. Tendo atingido 20 mil manifestações de apoio, a sugestão será encaminhada para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que poderá transformá-la em projeto de lei.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que também havia apresentado projeto regulamentando o tema, decidiu rever os termos da proposta antes de dar continuidade à tramitação.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Amanhã o **Jornal do Senado** publica *Especial Cidadania* sobre limites na internet fixa

## Conselho de Ética recebe amanhã relatório sobre Delcídio

O relator do processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS), senador Telmário Mota (PDT-RR), vai apresentar amanhã seu parecer. O relatório final será entregue após a defesa de Delcídio ter manifestado, na sexta-feira à noite, último

dia do prazo, as alegações finais. A reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está marcada para as 14h30.

Telmário Mota poderá, segundo a Resolução 20/1993, que criou o Conselho de Ética, pedir o arquivamento do processo ou propor penas que vão de advertência a perda de

mandato. Se a opção não for pelo arquivamento, o caso seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

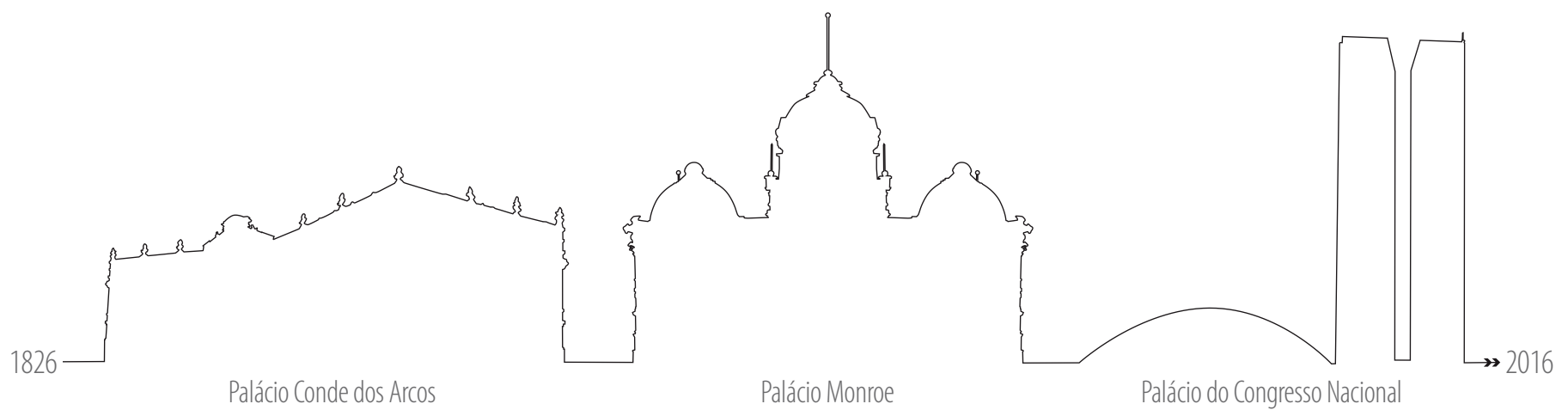
A representação contra Delcídio foi protocolada em dezembro do ano passado pela Rede e pelo PPS após o senador de Mato Grosso do Sul ter sido preso por ordem

do Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de obstruir as investigações da Operação Lava Jato.

Em março, Telmário Mota apresentou relatório favorável à continuação do processo no conselho e por quatro vezes Delcídio foi convocado a apresentar a defesa, mas

ele não compareceu. No dia 22 de abril, os advogados de Delcídio entraram com mandado de segurança no STF para suspender o processo no Conselho de Ética, sob a alegação de prejuízo ao direito de defesa. Em decisão liminar, o ministro Celso de Mello indeferiu o pedido.

ARQUIVO **S**



## Casa do diálogo

Fundado há 190 anos, em 6 de maio de 1826, o Senado marca presença na história do Brasil como espaço para a solução de crises, o desenvolvimento do país e a defesa da democracia



# Há 190 anos, Senado ajuda a debelar as grandes crises do Brasil

Senadores tiveram papel decisivo em momentos críticos do Império e da República, protagonizando entendimentos que evitaram o esfacelamento do território, golpes de Estado e até guerras civis

Ricardo Westin

**OS HISTORIADORES** costumam torcer o nariz para as especulações. O que teria acontecido se dom Pedro II não tivesse se rendido à espada dos republicanos? E se Getúlio Vargas não tivesse se suicidado? Para os estudiosos da história, é infrutífero dedicar-se a conjecturas que jamais serão comprovadas.

Mesmo assim, o “e se?” pode ter algum valor. Nesta sexta-feira, o Senado comemora seu 190º aniversário. E se ele não tivesse sido criado? E se tivesse sido extinto? Presumir o que teria sido do Brasil sem a Câmara Alta vai além do exercício de imaginação. Ajuda a deixar claro o quanto o Senado, aberto em 6 de maio de 1826, tem sido fundamental para a estabilidade do país.

Não fosse a ação dos senadores, por exemplo, talvez hoje o mapa nacional fosse outro. O Brasil poderia ter se pulverizado em vários países na década de 1840, tal qual havia ocorrido com a América espanhola no processo de independência, ou então nos anos

1890, na instabilidade dos primórdios da República.

A ditadura militar poderia ter tido uma vida mais longa. Sem a firmeza do Senado na defesa da democracia, é provável que o golpe tivesse ocorrido antes de 1964 e que o sepultamento do regime tivesse se dado depois de 1985.

No decorrer destes quase dois séculos, explica o historiador e consultor legislativo do Senado Marcos Magalhães, os senadores não têm se limitado a aprovar leis e fiscalizar o governo:

— O Senado se fez presente em momentos delicados da história nacional agindo como moderador e conciliador, fazendo a mediação entre interesses conflitantes, ajudando a costurar consensos, apontando saídas e evitando quebras da ordem institucional, traumas e rupturas.

O Arquivo do Senado, em Brasília, tem sob sua guarda documentos de todos estes 190 anos. Os papéis, muitos deles amarelados pelo tempo, contêm os debates protagonizados pelos senadores e mostram as rotas tomadas para

debelar as crises nacionais.

Nos anos 1830, o Brasil convulsiona. Guerras civis explodem pelo Império. Guerras civis explodem pelo Império, como a Cabanagem e a Revolução Farroupilha. É a década da Regência, o governo-tampão implantado após a renúncia de Pedro I para vigorar até que Pedro II complete 18 anos e possa ser coroado, o que só ocorreria em 1843.

No período regencial, os políticos locais encontram o ambiente ideal para conseguir mais autonomia para as províncias e, ao mesmo tempo, reduzir a força do governo central. Somando-se isso às guerras internas, o Império está na iminência de se desmantelar.

Em 1840, senadores e deputados fazem uma reunião de emergência no Senado, no Rio, para discutir a crise e, ante a incapacidade dos regentes de manter a ordem, decidem propor a Pedro II a antecipação da maioridade e da coroação. Segundo os documentos guardados no Arquivo do Senado, ele, aos 14 anos e ainda sem barba, imediatamente responde “sim”.

## Pedra no sapato

Para os parlamentares, só Pedro II será capaz de impedir o esfacelamento do Brasil, graças à autoridade da figura do monarca e ao seu poder simbólico de forjar uma identidade nacional.

— Esse augusto jovem, que é descendente de imperadores e reis, nos oferece imensas garantias e, segundo espero, há de pôr um bálsamo sobre as feridas da nação brasileira — afirma o senador Ferreira de Mello (MG).

Pedro II presta juramento no Senado no dia seguinte. De acordo com o historiador Antonio Barbosa, da Universidade de Brasília (UnB), não há dúvidas de que a derrubada da Regência e a maioridade antecipada caracterizam um golpe de Estado:

— Mas um golpe que fica plenamente reconhecido como benéfico, já que consegue a proeza de manter a integridade territorial de um país das dimensões do Brasil.

Uma das mais incômodas pedras no sapato de Pedro II em meio século de reinado é a escravidão. De um lado,



Após morte de Getúlio, em 1954, militares continuarão tentando dar golpe de Estado durante 10 anos

está o grupo que defende a abolição imediata, capitaneado pelos interesses comerciais da Grã-Bretanha. Do outro, o grupo que milita pela manutenção, encabeçado pelos latifundiários.

Esse barril de pólvora só não explode porque o imperador assume uma posição intermediária, impondo uma abolição lenta e progressiva. Ele sabe que a escravidão não pode permanecer por muito tempo no Brasil, que se vê cada vez mais isolado no mundo por causa desse modo de produção bárbaro, mas ao mesmo tempo entende que seria desastroso para a Coroa dar um golpe na elite rural, que garante

## “SENADO IMPEDIU QUEBRAS INSTITUCIONAIS, TRAUMAS E RUPTURAS”, DIZ HISTORIADOR

toda a sustentação política e econômica da Monarquia.

O Senado é decisivo para que Pedro II percorra a via gradualista, livrando-se tanto de uma agressão militar da Grã-Bretanha quanto de uma rebelião da elite agrária — situações com potencial para demolir o Império.

Em 1850, vira lei um projeto do senador e ministro Eusébio de Queirós (RJ) proibindo o tráfico de escravos. Em 1871, é aprovada uma proposta do senador Visconde do Rio Branco (MT) que declara livres todos os filhos de escravos nascidos a partir de então. Em 1885, entra em vigor uma lei sugerida pelo senador José Antônio Saraiva (BA) concedendo a alforria a todos os cativos com mais de 60 anos.

As normas entram para a história como Lei Eusébio de Queirós, Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários.

— Pode a nação condenar-se a um statu quo [a escravidão] que a abate e a humilha simplesmente porque alguns

homens mais ou menos influentes de uma classe muito limitada não querem que a reforma se faça? Não, é preciso que os representantes de nação, competidos de seus deveres, saibam caminhar para diante. É o que peço — diz o senador Dantas (BA) em 1886.

São as três leis concebidas no Senado que preparam o terreno para a célebre Lei Aurea, de 1888.

## Mesada para o governo

Já nos primeiros meses da República, os senadores voltam a se mostrar imprescindíveis. O desafio é conceber uma Constituição que consolide o novo regime. Um dos pontos centrais em discussão no Congresso Constituinte de 1890 e 1891, formado por senadores e deputados, é o grau de independência que os estados terão.

A corrente liderada pelo deputado Júlio de Castilhos (RS) milita por estados fortes e governo central fraco, invertendo a ordem vigente no Império. Para esse grupo, entre outros pontos, a Constituição deve direcionar todos os impostos para os cofres estaduais. A União passaria a depender de uma mesada enviada pelos governadores.

O senador Ruy Barbosa (BA) se lança com todas as forças contra essa ideia. Para ele, a nascente República não vingará se a União for mais fraca do que os estados. O ideal, segundo ele, é uma Federação com os dois entes fortes, sem que um seja refém do outro.

— A ideia federalista assumiu a posse de todos os seus espíritos, mas o seu domínio exagera-se. Há um apetite desordenado e doentio de federalismo, cujas consequências seriam a perversão e a ruína do princípio federativo — adverte ele.



Pintura exposta no Museu do Senado mostra o marechal Deodoro em 1890 na assinatura do projeto da primeira Constituição, promulgada um ano depois

Na defesa da União, Ruy ganha o apoio de colegas. O senador Ubaldino do Amaral (PR) enumera missões que estão nas mãos do governo federal e exigem recursos financeiros, como “representar a nação no exterior, sustentar o Exército e a Marinha, prover o serviço de correios e telégrafos, garantir a segurança interna e manter o crédito nacional”, e lembra que o Brasil precisa de “grandes melhoramentos que os estados por si sós não podem fazer”.

Ruy continua:

— Se nós, nas primeiras medidas adotadas por este Congresso, não demonstrarmos que a nossa preocupação é manter a unidade da pátria, a República será uma grande decepção.

No final, a partilha dos impostos acaba entrando na Constituição de 1891 tal qual o desejo de Ruy Barbosa. Uma parte da arrecadação fica com a União e a outra, com os estados. Segundo o historiador Christian Lynch, da Fundação Casa de Rui Barbosa, a decisão dos constituintes é acertada:

— No início da República, revoltas contestam o governo, como a Revolução Federalista, nos estados do Sul. Se tivesse vingado, o modelo [arrecadatório] de estados fortes e União fraca teria arruinado o país. A União, sem dinheiro nem mesmo para o Exército, não conseguiria evitar que tamanha autonomia dos estados levasse ao separatismo.

E se não houvesse o Senado nas explosivas décadas de 1950 e 1960? O provável é que o golpe militar tivesse ocorrido antes de 1964. A política começa a ferver em 1951, quando Getúlio Vargas volta ao Palácio do Catete, agora pelo voto popular.

Os militares e os políticos da UDN se inquietam. Eles abominam as bandeiras nacionalistas e trabalhistas levantadas pelo presidente. Antevendo o golpe que estão prestes a dar, Getúlio se mata com um tiro no peito em 1954. O vice, Café Filho, assume a Presidência. Como Getúlio previa, o suicídio põe o Brasil contra os golpistas.

Mas a paz dura pouco. No ano seguinte, Juscelino Kubitschek é eleito presidente pelo getulista PSD. A sanha golpista renasce com força total.

No final de 1955, o presidente Café Filho se afasta alegando problemas no coração. O presidente da Câmara, Carlos Luz, assume interinamente o Catete decidido a impedir a posse de



Litografia de Debret mostra cativos no Rio: a escravidão é a questão mais delicada do Império

JK. O ministro da Guerra, Henrique Lott, fareja o complô e, com tiros de canhão, frustra o golpe. O Senado e a Câmara trabalham durante a madrugada e a toque de caixa aprovam o impedimento de Carlos Luz.

A trama continua. Café Filho anuncia que seu coração está recuperado e avisa que voltará ao Catete. Lott vê também no presidente a disposição de ajudar os golpistas na missão de abater JK e põe tanques de guerra nas ruas do Rio para impedir que Café saia de casa e reassuma a Presidência. O Senado e a Câmara declaram o segundo impedimento de um presidente em menos de duas semanas.

Quem assume o governo é Nereu Ramos (PSD-SC), vice-presidente do Senado, que transmitirá a faixa para JK no início de 1956, garantindo a manutenção da democracia.

— A Constituição precisou ser rasgada algumas vezes naquele final de 1955. Não fosse isso, JK não teria assumido a Presidência — explica o jornalista Wagner William, autor da biografia de Lott *O Soldado Absoluto*.

## Poderes esvaziados

Jânio Quadros, o sucessor de JK, toma posse em janeiro de 1961 e, para surpresa da nação, anuncia sua renúncia poucos meses depois, em agosto. O vice, João Goulart, afilhado político de Getúlio, se encontra na China comunista, em viagem oficial. Os ministros militares avisam que não permitirão a posse do vice.

No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola se alia a uma parte do Exército e promete recorrer às armas para barrar o golpe. O Brasil se encontra à beira de uma guerra civil.

O banho de sangue só não ocorre graças às negociações feitas dentro do Legislativo. O senador Auro de Moura Andrade (PSD-SP), na condição de presidente do Congresso, encarrega uma comissão de senadores e deputados de propor uma solução. O grupo oferece a saída parlamentarista, que prevê a posse de Jango, mas com o presidente com poderes esvaziados, dividindo o governo com

um primeiro-ministro. A emenda constitucional é aprovada pelo Senado e pela Câmara e em poucos dias Jango sobe à Presidência. A medida, em setembro de 1961, adormece o golpe militar.

— É merecedora dos maiores aplausos a maneira como o senador Moura Andrade vem conduzindo os nossos trabalhos nestes dias em que a nação foi abalada e se agitaram todos os representantes do povo num transe terrível — discursa o senador Heribaldo Vieira (UDN-SE). — Os partidos esqueceram por um momento suas rivalidades e saíram ombro a ombro para a peleja maior que era a da democracia.

No plebiscito de 1963, os brasileiros optam pela volta do presidencialismo e Jango consegue poderes plenos. A crise volta a se instalar. Em 1964, os golpistas finalmente alcançam o que desejam desde o governo de Getúlio.

O Senado também tem peso na derrocada da ditadura militar. Nas eleições de 1974, o regime é surpreendido pela vitória avassaladora do opositor MDB na renovação de um terço das cadeiras do Senado. Das 22 vagas em disputa, o MDB vence 16. A Arena, partido do governo, obtém 6 assentos. O resultado é claro: o país ►►



Jânio Quadros em seu curto mandato, em 1961: renúncia deixa país à beira de uma guerra civil



Pedro II durante sua coroação, que, para debelar crise nacional, ocorre antes de ele atingir a maioridade



## Na abertura do Senado, Pedro I pede lei para a “educação da mocidade”

AO MEIO-DIA DAQUELE sábado, a carruagem para diante do Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio, e dela desce dom Pedro I. Depois de observar as pessoas que se aglomeram na rua, o imperador entra no palácio e caminha entre os senadores e os deputados gerais até o trono posicionado num lugar de destaque no Plenário.

É o dia 6 de maio de 1826. Com um pronunciamento, dom Pedro I inaugura o Senado e a Câmara dos Deputados. Nesta sexta, o episódio histórico completa 190 anos.

Entre outros pontos, o imperador pede aos legisladores que deem especial atenção à “fazenda pública” e à “educação da mocidade de ambos os sexos”.

— Bem sei que minhas reflexões não são necessárias a esta Assembleia, composta de tão dignos senadores e deputados, mas servem a satisfazer o zelo, o amor e o interesse que realmente tenho pelo Império do Brasil e pela exe-

cução da Constituição — afirma.

Há um atraso. A sessão inaugural do Senado e da Câmara deveria ter ocorrido três dias antes. A Constituição de 1824 estabelece que os trabalhos de cada ano legislativo se iniciam em 3 de maio. O cronograma não é cumprido porque os senadores e os deputados não conseguem se acertar sobre o cerimonial da sessão. O imperador deverá permanecer com a coroa sobre a cabeça o tempo todo? Os assessores dele poderão entrar? No fim, para evitar mais atraso, o próprio dom Pedro I acaba ditando o ritual. Ele se queixa na sessão:

— Sinto infinito que a Assembleia Nacional não se abra no dia marcado pela Constituição, depois de o governo ter concorrido da sua parte quanto pôde para que a lei não fosse postergada.

A data prevista na Constituição, 3 de maio, não é aleatória. Nessa época, acredita-se que esse é o Dia do Descobrimento. A

errônea dedução vem do primeiro nome do Brasil, Terra de Vera Cruz, do qual se supõe que Pedro Álvares Cabral aportou na nova terra no Dia da Santa Cruz, celebrado pelos católicos em 3 de maio.

O verdadeiro Dia do Descobrimento, 22 de abril, só é conhecido entre o final do século 18 e o início do século 19, com a análise mais rigorosa de documentos históricos. Mesmo assim, a data permanece

equivocada no calendário oficial por muito tempo. É apenas nos anos 1930, com Getúlio Vargas, que o feriado do Descobrimento passa de maio para abril.

Em termos históricos, o atraso da sessão inaugural não é de apenas três dias. É, na realidade, de três anos. A abertura do Senado e da Câmara deveria ter acontecido em 1824, logo após a promulgação da primeira Constituição do Império. Os planos foram frustrados porque dom Pedro I mandou suas tropas invadirem a Assembleia Constituinte — no episódio conhecido como Noite da Agonia — por discordar da Constituição que os deputados

constituintes haviam elaborado. O imperador exigia muito mais poderes. Para consegui-los, ele depois encarregou uma comissão com homens de sua confiança de redigir a Constituição de 1824.

Na sessão de 6 de maio de 1826, dom Pedro I adota um tom político e afirma que não foi com prazer que desferiu o golpe de três anos antes:

— Em 12 de novembro de 1823, dissolvi a Assembleia Constituinte bem a meu pesar e por motivos que vos não são desconhecidos.

O pronunciamento imperial dura pouco menos de 15 minutos. Terminada a fala, dom Pedro I deixa o Senado e a sessão é encerrada.



Desenho de 1829 retrata o Palácio Conde dos Arcos, no Rio, que foi a sede do Senado durante 99 anos

rejeita o regime.

Novos representantes do MDB no Senado, Paulo Brossard (RS) e Marcos Freire (PE) se destacam nas críticas à ditadura a partir de 1975. Até mesmo os deputados largam as sessões da Câmara para acompanhar os exaltados e corajosos debates no Senado.

— O Senado se torna um foco de rebeldia contra as arbitrariedades dos militares — afirma o brasilianista James Green, professor de história do Brasil na Universidade Brown, nos Estados Unidos.

Em 1979, Brossard sobe à tribu-

na para atacar a Lei de Anistia que o governo acaba de aprovar no Congresso. Para ele, a lei é insuficiente e beneficia os torturadores:

— Votado hoje o projeto da anistia restrita, ou da anistia mesquinha, ou da anistia caolha, ou da anistia parálitica, hoje, ainda hoje, daqui diremos ao Brasil: a nossa vitória ainda está longe de ser alcançada, mas, dia mais, dia menos, ela virá, pela voz dos homens que anunciarão a anistia para os brasileiros.

A ditadura adota medidas para conter a insubordinação do Senado, como a criação da figura do

senador biônico. Mas o regime já está exausto e a abertura se torna inevitável. Em 1983, o senador Tancredo Neves (PMDB-MG) deixa o Senado para assumir o governo de Minas Gerais e faz um discurso de despedida incisivo:

— Sem a democracia, a vida se torna vil, os homens se corrompem na subserviência ou na violência, e a pátria escravizada perde o senso de sua própria dignidade. A nossa geração viveu e assistiu de perto ao que é o liberticídio. Que aquela época sinistra seja proscrita, e para sempre, da nossa história.

Tancredo se torna líder na luta pelo fim da ditadura. Em 1984, ele sai do governo mineiro para disputar a eleição presidencial indireta como candidato da oposição. Vence, mas não assume. Justamente na noite anterior à posse, em 1985, aquele que seria o primeiro presidente civil após 21 anos passa por uma cirurgia de emergência.

Surge a dúvida: poderá o vice, José Sarney, assumir interinamente sem que o titular tenha sido antes empossado? Teme-se que os militares decidam retardar a redemocratização, rejeitando Sarney e propondo

uma nova eleição.

Mais uma vez, os senadores têm que agir. Na madrugada, a poucas horas da cerimônia de posse, o presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS), e da Câmara, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e os líderes partidários das duas Casas fazem uma reunião extraordinária para decidir o futuro do país. Concluem que basta um laudo médico sobre a cirurgia de Tancredo para que o Senado dê posse a Sarney. A volta da democracia está garantida.

E se o Senado não existisse? Além do “e se?”, o professor de ciência política David Fleischer, da UnB, propõe outro método capaz de confirmar a importância do Senado para a estabilidade do Brasil:

— Basta olhar o Peru e a Venezuela, onde o Legislativo é composto de apenas uma Casa, e não duas. Nos anos 1990, os ditadores Alberto Fujimori e Hugo Chávez acabaram com o Senado. O interesse deles, claro, era governar com muito mais poderes. E conseguiram, para o mal de seus países.

Veja vídeo da Agência Senado sobre os 190 anos da Casa: <http://bit.ly/senado190anos>



Manifestante picha no Rio palavras de ordem contra a ditadura militar no final dos anos 1960

O Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicado na primeira segunda-feira do mês. Acesse <http://bit.ly/arquivos>

### JORNAL DO SENADO

Via N2, Unidade de Apoio 3 do Senado Federal  
CEP 70.165-920, Brasília, DF  
E-mail: [jornal@senado.leg.br](mailto:jornal@senado.leg.br) • Telefone: 0800 61 2211  
Twitter: @Agencia\_Senado  
facebook.com/SenadoFederal  
Site: [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virginia Malheiros Galvez  
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho  
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano  
Diretor-adjunto: Flávio Faria  
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia  
Coordenação de Edição: Sílvio Burle  
Editor-chefe do Jornal do Senado: Marcio Maturana

### ENCARTE ARQUIVO S

Reportagem: Ricardo Westin  
Edição: Ricardo Westin e Sílvio Burle  
Capa: Diego Jimenez  
Diagramação: Claudio Portella  
Revisão: Fernanda Vidigal e Tatiana Beltrão